



| | |
|-------------------|--|
| Evento | Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2013 |
| Local | Porto Alegre - RS |
| Título | A contradição entre a atuação e o real papel das ONGs no Brasil: estabelecimento de um marco regulatório |
| Autor | LAURA LIMA ZIGUE |
| Orientador | ARAGON ERICO DASSO JUNIOR |

Após os Choques do Petróleo (1973 e 1979), o Estado Capitalista entra em crise e o modelo de Bem Estar Social passa a sofrer ataques do pensamento neoliberal, fundado em um discurso de redução do papel do Estado no que toca, especialmente, à prestação dos direitos sociais e, por conseguinte, de privatizações do serviço público. No Brasil, essa onda neoliberal chegou nos anos 1990, particularmente com a reforma gerencial da Administração Pública. Entre as diversas consequências desse fenômeno, houve uma multiplicação exponencial das Organizações Não Governamentais (ONGs). A mais recente pesquisa da Fasfil (IBGE /Ipea /Abong /Gife) revela a existência de 291 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em 2010. Paralelamente à hegemonia das políticas neoliberais, as ONGs passaram a ser vistas como canal de terceirização de políticas sociais de responsabilidade do Estado. Nascia, com isso, o mito do “Terceiro Setor” que substituiria o Estado como prestador de serviços públicos. Nesse contexto, muitas ONGs surgiram em função dos recursos públicos disponíveis, deixando em segundo plano os valores que lhes fizeram estar associadas aos movimentos sociais, em especial nos anos 1970 e 1980. Se antes elas procuravam melhor participação, articulação social, reivindicações e lutas, o que teve seu auge na processo que originou a Constituição Federal de 1988; a partir dos anos 1990, com a reforma gerencial, a expansão dessas organizações se deu fortemente com outra lógica: priorizar trabalhos em “parceria” com a Administração Pública (ou mesmo substituição desta última), exaltando o fato de atuarem sob a lógica de não possuírem finalidade lucrativa e desenvolvendo, assim, um perfil de “filantropia empresarial”. Como resultado desse processo hegemônico, novas figuras organizacionais foram criadas, tais como as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Esses fatores claramente mostram que as ONGs apresentaram um desvio de sua função original, fazendo com que seja relevante questionar qual é o real papel que hoje elas possuem na sociedade brasileira. A partir do momento em que as Organizações Não Governamentais realizam serviços públicos que eram prestados antes pelo Estado, elas passam a depender financeiramente de repasses públicos, o que pode implicar em cooptação por parte do Estado e falta de autonomia das ONGs para realizar sua função primeira: controle social. Ademais, como as ONGs possuem recursos limitados e muitas vezes não possuem estrutura suficiente para exercer o serviço com eficácia, estabelecem apenas um foco de atuação, fazendo com que a sociedade em geral continue tendo parcelas marginalizadas e sem atendimento do Estado. Objetivo: Esse trabalho tem como objetivo analisar as transformações ocorridas, a partir da segunda metade dos anos 1990, no marco regulatório das relações Administração Pública – Organizações Não Governamentais. Ademais, é importante examinar o Projeto de Lei que atualmente tramita no Congresso Nacional e que busca aprofundar ainda mais essa relação. Método: O método utilizado para estudar a relação existente entre as ONGs, o Estado e a Sociedade é o descritivo-analítico. Resultados: Nesta etapa do projeto de pesquisa, as informações estão sendo analisadas e mostram, ainda que não definitivamente, que o marco regulatório em pauta não é suficiente para sanar as necessidades da sociedade em relação aos serviços prestados pelas ONGs. É preciso que haja um novo modelo legal que modifique a forma com que as ONGs atuam na sociedade e estabeleça com clareza qual deve ser papel. Conclusões: O trabalho tem indicado que há um desvio de função social nas atividades desenvolvidas pelas ONGs, e esse desvio faz com que o Estado se desresponsabilize por prestar serviços essenciais à sociedade fazendo com que as Organizações Não-Governamentais desenvolvam ações assistencialistas em caráter privado. Isso faz com que apenas uma parcela da sociedade receba o serviço prestado e, a partir do momento em que há recursos doados pelo Estado para atuação das mesmas. As ONGs, que deveriam contestar a realidade existente, acabam sendo coniventes com esse modelo, e, dessa forma, intensificam a lógica do privado que deve prevalecer sobre o público, fazendo com que a desigualdade social não diminua.